

Referência: Desinstitucionalização na saúde mental: contribuições para estudos avaliativos / Roseni Pinheiro, Ana Paula Guljor, Aluisio Gomes, Ruben Araújo de Mattos, organizadores. – Rio de Janeiro : CEPESC: IMS/LAPPIS: ABRASCO, 2007. 284 p. (Série Saúde participativa). ISBN: 978-8589737-39-5.

A P R E S E N T A Ç Ã O

Desinstitucionalização em saúde mental: uma proposta avaliativa da relação entre demanda, oferta e necessidade

ROSENI PINHEIRO
ANA PAULA GULJOR
ALUISIO GOMES DA SILVA JUNIOR
RUBEN ARAUJO DE MATTOS

Nesta coletânea o leitor encontrará um conjunto de trabalhos inéditos que busca cumprir um duplo objetivo: apresentar uma proposta avaliativa da desinstitucionalização em saúde mental e oferecer contribuições dialógicas sobre experiências de implantação de dispositivos desinstitucionalizantes, principalmente os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Tal proposta nasce no bojo da pesquisa intitulada "Necessidades e práticas na desinstitucionalização da clientela de longa permanência institucional: avaliação da demanda e adequação da oferta de cuidado" – 1ª fase, que teve início em 2004, contando com apoio da UERJ e FAPERJ em diferentes etapas e modalidades de sua atuação. Constitui um dos subprojetos estruturantes do Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde (LAPPIS), certificado em 2004 como grupo de pesquisa do CNPq, o qual conta com apoio da UERJ, CNPq e FAPERJ. A pesquisa foi aprovada no Edital MS/CNPq/FAPERJ 2004, avaliada e aprovada pelo CEP-IMS-UERJ, sob o nº 13/2005.

O "Simpósio sobre necessidades e demandas em saúde mental: uma proposta de práticas avaliativas para a desinstitucionalização", realizado no Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, em Niterói, no dia 20 de setembro de 2007, constituiu encontros auspiciosos, que propiciaram um debate profícuo sobre os resultados da pesquisa, e com essa

devolutiva configurou-se um dos principais produtos da pesquisa. Em outubro de 2007, obtivemos a aprovação da FAPERJ e, com apoio da UERJ, iniciaremos a segunda fase, com a ampliação das atividades para outros cinco municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Para cumprir os objetivos inicialmente propostos, esta coletânea, composta por dez textos originais, está dividida em três partes. Na primeira, em dois capítulos apresentamos os pressupostos teóricos, a trajetória metodológica e as noções fundantes que pavimentaram o solo epistemológico da pesquisa, no qual as práticas cotidianas se revestem de sentidos. Pinheiro, Guljor e Silva Junior desenvolvem uma proposta de prática avaliativa da relação entre demanda, necessidade e oferta de cuidados à clientela de longa permanência institucional numa unidade hospitalar psiquiátrica em Niterói (o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba). A proposta inclui a apresentação de instrumentos de coleta de dados e de monitoramento e avaliação a serem utilizados pelos dirigentes, pesquisadores e estudantes interessados na temática. Amarante e Torre apresentam reflexões fundantes sobre a avaliação em saúde mental, com proposições de dimensões analíticas que se relacionam ao diagnóstico e psicopatologia do campo da saúde e seus efeitos na saúde pública.

A segunda parte constitui a apresentação e discussão dos resultados alcançados. Guljor e Pinheiro propõem desdobramentos teóricos sobre as categorias demanda e necessidade em saúde mental, a partir do olhar crítico acerca de saberes e práticas dos atores no cotidiano da instituição que sustentam o cuidado na desinstitucionalização. Na esteira dessa análise dos discursos, Souza, Lima e Pinheiro discutem os sentidos atribuídos pelos atores ao processo de desinstitucionalização, que conferem especificidade ao Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, no município de Niterói. Robaina, Guljor e Pinheiro descrevem os aspectos socioclínicos da clientela de longa permanência, que, a partir de um estudo transversal, nos oferecem elementos para desdobramentos analíticos e críticos da literatura sobre o tema.

Por fim, a terceira parte trata de contribuições dialógicas sobre o processo de desinstitucionalização, oferecendo subsídios teóricos e práticos sobre experiências concretas, cujas narrativas propõem questões importantes para avaliação. Leal

e Delgado discorrem criticamente sobre a clínica, deslindando o cotidiano do CAPS, eleito como dispositivo privilegiado de desinstitucionalização. Yasui, numa perspectiva semelhante, situa o CAPS como uma estratégia de produção de cuidado em saúde mental e ressalta os atributos habilitadores de proporcionar “bons encontros” terapêuticos. Honorato e Pinheiro propõem a categoria “trabalho político” como ferramenta analítica para refletir sobre o agir no processo de desinstitucionalização como materialidade da política da Reforma Psiquiátrica. Cerqueira e colaboradores problematizam a desinstitucionalização como um processo também formativo, e Ferreira, assim como Tófoli, realiza o exercício intelectual de discutir os nexos constitutivos e constituintes entre o processo de desinstitucionalização e integralidade em saúde.

Apostamos que a leitura desta coletânea irá auxiliar na construção de pesquisas avaliativas em saúde mental, pois se o objeto desinstitucionalização é um processo, a avaliação também o é. Esta se iniciou a partir da inquietação dos avaliadores-pesquisadores implicados, que perceberam a importância de explicitar as práticas em curso nas equipes envolvidas no cuidado em saúde mental.

Nesse sentido, analisar os impasses e desafios a serem superados deve constituir a tônica de toda atividade avaliativa, pois entendemos que as atividades de julgar e decidir são componentes da responsabilidade coletiva da qual a responsabilidade dos trabalhadores e gestores sobre a saúde das pessoas é fundante. Estão todos convidados a compartilhar mais esse encontro promovido pelo LAPPIS, com apoio da FAPERJ, CNPq e UERJ.